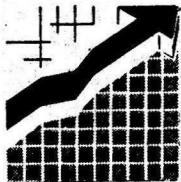


Acordo stand by com FMI pode sair em dois meses

Para o acerto, governo terá de tomar medidas que o fundo pediu

PAULO SOTERO
Correspondente



WASHINGTON — Um alto funcionário do governo brasileiro acredita que, “num cenário ideal”, em dois meses

haverá a negociação de um acordo stand by com o Fundo Monetário Internacional. Se o contrário ocorrer, ou seja, o governo não tomar as medidas preliminares pedidas pelo fundo, disse, “tudo ficará adiado para 1995”. Fontes bem informadas acreditam que, no momento, a primeira hipótese é a mais provável. Mas pode haver uma terceira via, que está na cabeça de banqueiros e altos funcionários do governo ainda sem uma total definição. “O fundo poderá fazer um acordo especial com o Brasil”, disse uma alta fonte do comitê de bancos credores. “Há mais de um maneira de se entender com o fundo”, afirmou.

O otimismo demonstrado pelo ministro da Fazenda, Eliseu Resende, reflete, também, o tom positivo de uma conversa que ele teve na segunda-feira, por telefone, com o vice-presidente do Citicorp, William R. Rhodes. Rhodes disse ao ministro que em duas semanas o comitê de bancos credores espera completar de modo satisfatório para o Brasil o difícil trabalho de “reequilibrar” as opções que os bancos fizeram entre os sete instrumentos de renegociação da dívida externa oferecidos pelo País nos termos do acordo aprovado pelo Senado em dezembro.

Perto de 60% dos cerca de US\$ 35 bilhões de ativos efetivamente afetados estão no momento no bônus ao par, que é o que exige maior garantia e é, portanto, o mais caro para o País. Quase 20% estão nos bônus de desconto. Numa reunião realizada nos dias 19 e 20 de abril, os 19 bancos

France-Press



William Rhodes

Bancos credores mantêm perspectiva otimista

representados no comitê comprometeram-se a buscar, com o negociador da dívida, Pedro Malan, mecanismos que levem os bancos a ajustar rapidamente suas opções, de forma a colocá-las nos limites previsto no acordo aprovado pelo Senado. Ou seja: entre 35% e 40% no bônus ao par, entre 35% a 40% no bônus de redução de juros, e o restante

distribuído entre os demais instrumentos, com maior ênfase nos bônus de capitalização.

William R. Rhodes informou ontem que está “otimista” e indicou que os mais de 900 bancos e o governo brasileiro “estão convergindo” para uma distribuição aceitável para todos. Tecnicamente, nada disso representa renegociação ou reabertura do acordo. Esses ajustes estavam previstos — até com datas estimadas — no acordo fechado em princípio em julho do ano passado e ratificado pelo Senado.

A dificuldade é o próximo passo. Uma vez armado o acordo, o governo terá de financiar a compra dos títulos da dívida pública dos Estados Unidos e da Alemanha que entregará aos credores como garantia do principal e de parte dos juros da dívida renegociada. O entendimento com o fundo é pré-condição para esta parte da operação. A esperança dos credores, de funcionários internacionais e de governos que trabalham pelo sucesso da operação é que a perspectiva de um acordo com os bancos ajude Resende a levar adiante as medidas de estabilização necessárias para vencer o ceticismo do diretor-gerente do fundo, Michel Camdessus.